

40º Encontro Anual da Anpocs

SPG 16: Interações entre Estado e movimentos sociais: repertórios, repressão e resistência

Título: Natal do Morro da Vitória: conflito, resistência e constituição de uma comunidade

Autor: Igor Moreira de Sousa Pinto – Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC – mestrado em Sociologia

Setembro/2016

Natal do Morro da Vitória: conflito, resistência e constituição de uma comunidade

Igor Moreira de Sousa Pinto

RESUMO

A pesquisa analisa como um conflito entre o Estado e um coletivo de ocupantes influenciou a constituição espacial e política de uma *comunidade*. O Morro da Vitória, localizado no Mucuripe, litoral leste de Fortaleza-Ce, nasceu da ocupação de um terreno onde o governo estadual construiria um conjunto habitacional, gerando um conflito que eclodiu em meados de 2000. O projeto visava reassentar famílias de bairros próximos à praia para promover abertura de vias. Porém, pessoas ocuparam as quadras e ergueram suas próprias moradias, pegando de surpresa o governo, que tentou controlar o acontecimento pondo fim à ocupação. Foram várias “derrubadas”, mas os ocupantes resistiam e reconstruíam. A repercussão gerou impacto político e negociações foram abertas. Alguns reergueram seus barracos, outros ficaram acampados no “Barracão”. A partir da relação com pessoas que participaram desse acontecimento, a pesquisa trabalha memórias, experiências, narrativas de vida, tendo como campo o espaço da comunidade e as redes de relações dos sujeitos, além dos registros diversos.

Palavras-chave: Ocupação. Conflito. Constituição.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa problematiza a *ocupação* e o conflito, e outras práticas e relações, que deram origem à *comunidade* Morro da Vitória e como reagiu o Estado contra o acontecimento imprevisível na tentativa de anular tal aleatório desorganizador do seu projeto para a área. O terreno ocupado no topo do *morro* do Mucuripe, próximo ao farol “novo”, no litoral leste de Fortaleza-Ce, destinava-se à construção de um conjunto habitacional para reassentar famílias de *favelas* próximas à praia, nos bairros Vicente Pizón e Praia do Futuro, no bojo de um projeto urbanístico de “requalificação”. Em meados 1999 para 2000, a área que se destinaria ao conjunto começou a ser ocupada

por algumas famílias, passados alguns meses, grande grupo de ocupantes tomou o restante das quadras, tendo o governo do Estado reagido expulsando os ocupantes que haviam marcado lotes, derrubando barracos e casas mais antigas. Porém, os ocupantes se reagruparam e na madrugada reergueram vários barracos, reiniciando o confronto que repercutiu na *mídia*, gerou comoção social e atraiu apoiadores. A ação violenta do Estado e a resistência das pessoas constituíram conflito que se estendeu no tempo e no espaço, com repercussões (também imprevisíveis àquele momento) que fortaleceram a solidariedade e a capacidade de articulação dos ocupantes (Simmel, 1986).

Chegamos assim a alguns problemas a ser discutidos: como novas socialidades (Strathern, 1999) e arenas políticas foram geradas no *quente* da luta? Que práticas – discursivas e não-discursivas – foram ativadas no decorrer do acontecimento? Como os ocupantes conseguiram constituir o “grupo” organizador e mediador e instituir a “liderança comunitária”? Qual o papel dos agentes do Estado nesses processos de instituição das “lideranças comunitárias” da *região* e como se deu tal relação no caso do Morro da Vitória? Tudo isso dentro de um contexto de configuração sócio-espacial e político transformado pela agência dos envolvidos (Giddens, 2009; Deleuze e Guatarri, 1995).

Após algumas discussões metodológicas e epistemológicas, e uma tentativa de contextualização, farei um diálogo com algumas noções teóricas, como a do “acontecimento” e as práticas postas em ação e misturadas, no calor das relações, engendrando novos acontecimentos e *formas sociais*. Busco apresentar, parcialmente, e analisar a constituição política da comunidade Morro da Vitória, baseado nas narrativas das interlocutoras sobre a constituição do “grupo” e a “instituição” (Bourdieu, 1996) de Liduina como “líder de comunidade”, já que Liduina não era “liderança” quando se envolveu na ocupação e no conflito, nem tinha relações com agentes do Estado, que costumam atuar como *instituidores* de “lideranças comunitárias” na região observada.

Conforme acompanhamos as narrativas trazidas e nos imiscuímos nas relações entre as pessoas do “grupo” e suas trajetórias, impõe-se outra questão: quais agências, qualidades e valorações foram decisivas nessa trajetória de constituição do grupo e instituição de Liduina como liderança, que meio se confunde com a trajetória de constituição do Morro da Vitória como *comunidade política*.

1. Natal no Barracão

Quando entrevistei Liduina em 11/11/2015, ela falou sobre a festa do dia das crianças que havia organizado àquele ano, que havia sido maravilhosa, conseguiu apoios e alugou um pula-pula, conseguiu pipoca e refrigerante, além de brinquedos. Parece que estou vendo: frescor de início da noite, a rua do Farol Novo no alto do Morro tomada de crianças correndo e adultas zanzando, o pula-pula disputadíssimo formando fila agitada, e agitada a Liduina tentando organizar filas e distribuições. Parece que estou vendo... mas não vi. Perdi. Mas teria uma nova oportunidade – o natal vinha aí!

“Então, eu faço festa de natal, agora eu tô fazendo um, tô começando agora na campanha de natal... eu quero bombar no natal agora como em todos os anos!”. Ela disse na entrevista, exemplificando os trabalhos que desenvolvia na Associação do Morro da Vitória, da qual é presidente.

Se é assim, eu não podia perder tal evento. Ficou acertado que dia 25/12, às nove horas da manhã, eu estaria lá no Morro da Vitória para acompanhar o natal das “crianças do Barracão”. São crianças que participam do almoço oferecido diariamente no “Barracão” (por volta de 120) ou do “reforço escolar” ou dos “projetos”. No dia marcado, o salão comunitário, por trás do prédio sede da associação (remanescente do “Barracão” original, dos tempos do conflito e da resistência) como uma espécie de anexo construído anos depois, estava lotado. Foram distribuídos presentes que Liduina conseguiu arrecadar com “apoiadores” da comunidade. Desde que conheço Liduina, ela demonstra alta capacidade em articular diferentes “apoios” para a comunidade do Morro da Vitória – no meu caso tratava-se de apoiar jurídica e politicamente a luta pela posse da terra e por infraestrutura, como abastecimento de água, por exemplo.

Conheci Liduina, Lucirene, Assis e outras pessoas no “Barracão”, que é como chamam a sede da Associação do Morro da Vitória, em meados de 2001 para 2002, no “tempo do início” da comunidade. À época, era estagiário do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – Efta, ligado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Tornei-me advogado do Efta em 2003 e aprofundei meu trabalho de assessoria junto ao Morro da Vitória, cuja associação comunitária foi fundada em 19/07/2001. Nesse ínterim intensifiquei o contato com as “meninas do morro”, tanto através da participação nas

lutas do Morro da Vitória, como em articulações políticas que, em 2004 para 2005, culminaram na criação do Movimento dos Conselhos Populares-Mcp, uma rede de coletivos de vários bairros e *comunidades* da cidade, animados e articulados por *militantes* de origens diversas: movimento popular e comunitário, movimento sindical, movimento estudantil, Cebs, entidades de direitos humanos.

Eu participava do Mcp – que era organizado em “regionais” – justamente na “regional Praia” junto com o pessoal do Morro da Vitória, além do Serviluz, Lagoa do Coração, Praia do Futuro, Caça e Pesca, no “litoral leste” de Fortaleza. Foi uma época em que minha relação com as interlocutoras desta pesquisa intensificou-se muito. Realizamos vários empreendimentos organizativos em comum. Participamos de conflitos em mobilizações, despejos, e também entre nós. Participamos de “lazer”, “brincadeiras”, festejamos. Em julho de 2009 acampamos juntos em um terreno na Praia do Futuro ocupado por pessoas organizadas nos núcleos do Mcp do Morro da Vitória, do Serviluz e do Caça e Pesca – mas era sem dúvida do Morro que vinha a maior parte das pessoas, também muitas das práticas e estratégias, que ocuparam o terreno e criaram a *comunidade* Raízes da Praia¹.

Tais envolvimento me propiciaram uma trajetória de abordagem semelhante à vivenciada e refletida por Crommeford (1999; 2003), ou seja, por meio do envolvimento com *organizações* sociais e políticas (dos trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira e carioca, no caso do autor) travar relações com os sujeitos “ambivalentes” que participam da “linha de frente”, das assessorias ou trabalhos institucionais das organizações, e que nesta condição se relacionam com “os de fora”, como agentes do Estado ou do mundo acadêmico, ao mesmo tempo em que são: “...posicionados de forma a ter, em maior ou menor grau, um contato permanente com instituições, agentes, práticas e representações que estão na ‘base’ das organizações de trabalhadores...” (1999:16). Oportuniza-se assim o acesso a pessoas que compõem as redes de relações desses “mediadores” e a possibilidade de observar dimensões diferentes, mas interligadas: momentos extraordinários da “luta”, como *ocupações*, e a “luta” no cotidiano (1999: 19 e ss.); interações em eventos ritualizados como assembleias e reuniões, e em eventos cotidianos como as “brincadeiras” (1999:84 e ss.). A participação nesses diferentes “quadros de interação” (Goffman, 2012) permite visualizar representações e valores sociais típicos de

¹ Para ilustrar: raizesdapraia.blogspot.com.br

cada *espaço*, e que em conjunto podem ser analisados como uma “cosmologia” (1999:15). O desafio nessa abordagem implica na proximidade com o universo observado e a *naturalização* das práticas focadas, já que vinculadas a aspectos cotidianos, menos evidentes. Ainda mais quando pesquisador e *pesquisados*, como no meu caso, pertencem à mesma *sociedade*, guardadas as distinções de trajetórias pessoais e de “classe”, moradores da mesma cidade, mais ou menos da mesma geração, com práticas e noções muitas vezes comuns ou convergentes. Como alerta Cromerford (1999:12): “Esse (re)encontro com práticas ou representações que me são ou parecem familiares, ao invés de facilitar a percepção das operações de construção social do universo abordado e da lógica própria dessas operações, só aumenta sua ‘naturalidade’, e portanto opacidade, e requer um esforço redobrado de observação, distanciamento e relativização.”

Desafios e preocupações semelhantes apresenta Feltran (2008), uma vez que realiza uma pesquisa com viés político, tendo como interlocutoras pessoas da mesma “comunidade política”, o que os coloca em situação de “identidade formal” e, não obstante suas “identidades pessoais” o coloque em situação de “diferença” com seus interlocutores da “periferia” de São Paulo, a “igualdade formal” opera nas práticas políticas de ambos: “A imersão na vida cotidiana ser tão relevante para as questões de campo significa a necessidade de qualificar, o tempo todo, a alteridade do pesquisador em ação de pesquisa. Creio que isso se dá de modo específico nas etnografias que gravitam em torno da política, porque elas obrigam a jogar com o binômio ‘igualdade – alteridade’ também de um modo específico. Pois a política tem uma dimensão formal que também opera socialmente.” (2008:63).

1.1 Trajetórias, narrativas e noções

Uma dimensão desta pesquisa consiste em uma etnografia dos coletivos e acontecimentos dos quais participei ou me são relatados pelos interlocutores, através de entrevistas em profundidade (Duarte, 2009) e grupos de discussão. O trabalho de campo consiste também na convivência com os atores em ambientes mais ritualizados como reuniões, eventos, manifestações; ou mais informais, em momentos de interação mais relaxada. O “trabalho de memória” (Bosi, 1995) e os registros em campo, mais os

registros diversos – reportagens, documentos, imagens – complementam o *material* para o trabalho etnográfico “em processo”.

Outra dimensão consiste na *relação* com os interlocutores e seus contextos, com as suas redes de relações e agências coletivas. Singularidades que emergem nas narrativas das experiências de vida, e que cruzam com outras produzindo discursos, memórias e noções de mundo. A *narrativa* tem papel central para acessar relatos sobre os acontecimentos, trajetórias e contextos de vida, para apreender discursos e significados².

As “narrativas de vida” têm papel importante, na medida em que se entrelaçam com as narrativas dos acontecimentos, com as práticas mobilizadas e com os processos de disputa de poder, luta por reconhecimento e ocupação e produção de espaços. Becker (1997:101-115) defende que um conjunto de pesquisas sobre diferentes trajetórias de vida podem compor um “mosaico científico” para se analisar realidades interligadas de uma cidade. Para ele, o estudo das “histórias de vida” podem cumprir algumas funções, como servir de “pedra de toque para a avaliação de teorias” (idem:107); fornecer “uma visão do lado subjetivo de processos institucionais” (ibidem); ou “dar um sentido à noção de *processo*”, pois o processo social não é “interação imaginada entre forças invisíveis”, mas “processo de interação entre pessoas concretas, simbolicamente mediada” (idem:109-110). Por fim, a “história de vida” permite o acesso do leitor a universos sociais por ele desconhecido e, às vezes, inacessíveis.

Bourdieu (1998:183-191), por sua vez, levanta algumas questões ao uso da noção de “história de vida”, como transposta do senso comum para a sociologia, pois tende a criar um “efeito ilusório”. Por ver a vida como um “conjunto coerentemente orientado, passível de apreensão unitária de intenção” (idem:184), acaba apreendendo-a como se transcorresse em ordem cronológica e lógica, desde um começo (“razão de ser”) até um término (“objetivo”). Para Bourdieu essa noção está presa ao que ele chama de “filosofia da identidade”, que tem seu expoente máximo na instituição do “nome próprio”. Constitui-se assim uma identidade rígida, inteligível e previsível, válida para diferentes

² Sobre a narrativa como fonte para conhecer experiências individuais e coletivas, ver Bosi (1995), que bebe na fonte de Walter Benjamim (1987) em seu texto **O narrador**: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência e a dos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos ouvintes” (idem:201). Este ponto é importante para esta pesquisa uma vez que minha própria memória é constantemente acionada em diálogo com as lembranças narradas pelas interlocutoras, não para explicá-las, mas para compor um trabalho comum de memória e narrativa, e de incorporação mútua de experiências.

espaços sociais. A investigação sociológica, então, passa a se assemelhar a um “interrogatório oficial”, tendo como material primaz a “confidência” (idem:189). É importante perceber que o relato de vida varia de acordo com o “mercado” em que é oferecido; a situação de investigação influencia o discurso. A ilusão consiste em ver “história de vida” como: “sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida”; e a “trajetória” como: “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (*ibidem*). A questão, para Bourdieu, é realizar a análise crítica do campo onde a trajetória se movimenta na sucessão de espaços sociais que ocupa. Necessário que se realize “estudos sucessivos do campo”, e do “conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado, num estado dado, ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (idem:190).

As “trajetórias de vida”, ou mais precisamente os *trechos*, não buscam nesta pesquisa a precisão cronológica, que não existe perfeita nem na memória muito menos nas narrativas, assim como os próprios “acontecimentos” só são passíveis de ser datados com marcadores mais ou menos arbitrários, e não são compreensíveis dentro de uma relação de causalidade ou sucessão lógica e intencional. Muito menos, procuro constituir uma identidade totalizadora dos indivíduos³, mas perceber suas agências e relações nos contextos estudados, e a própria narrativa como agência, ou parte do “agenciamento coletivo” onde a pesquisa se desenvolve. Trata-se de testar como narrativas de histórias singulares de vida relacionam-se com aspectos políticos e sociais do tempo-espaço no qual a pessoa vive (Kofes, 2001; 2009).

O essencial na escolha dos interlocutores é a condição *relacional* vivida em engajamentos dos quais participamos juntos no período de mais ou menos uma década.

³ Proust (1987:24) escreveu: “nem mesmo com referência às mais insignificantes coisas da vida somos nós um todo materialmente constituído, idêntico para toda a gente (...); nossa personalidade social é uma criação do pensamento alheio.” Sobre como o indivíduo tenta influenciar esse “pensamento alheio”, através de mecanismos práticos da interação como “controle de informação” e “segregação do público”, ver Goffman (1988) discutindo biografia, biografado e *biografadores* em “Estigma”.

Engajamento em “coletivos” para intervir no mundo, mas também engajamento para construção em comum de noções de mundo⁴.

Como processo relacional, o trabalho etnográfico é um trabalho “afetivo”, onde o pesquisador também é modificado pela experiência em campo. Para Goldman (2006) essa etnografia do “devir-nativo” (noção concebida a partir de um diálogo com Guatarri) transforma os sujeitos na relação de pesquisa: “... [é] o movimento pelo qual um sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com uma condição outra” (2006:31). Trilhando por um “prolongado trabalho de campo” onde as práticas (discursivas ou não) dos agentes são tratadas como elaboração de “teoria política” (2006:37), Goldman busca um caminho epistemológico para elaborar uma espécie de “antropologia da política”, capaz de apreender noções *nativas* postas em ação em contextos *concretos* e agenciá-las nas compreensões e explicações dos problemas pesquisados. Como sugerem I. Barreira e Palmeira (1998:8), trata-se de não sacrificar as “representações nativas” na proliferação de teorias, como acontece, por exemplo, no âmbito dos estudos eleitorais. Numa determinada pesquisa, I. Barreira (2009) analisa “representações sociais associadas a experiências de vida e modos de percepção sobre política”, do ponto de vista de moradores das “periferias” de Fortaleza, captando “as representações de lideranças populares, verificando o uso de categorias nativas sobre a política, a moral e as desigualdades sociais típicas de um espaço de socialidade”. É possível, assim, fugir à falsa dicotomia entre “central” e “periférico”. Através de uma pesquisa relacional pode-se observar conexões em diferentes escalas, trazendo junto diferentes níveis de conhecimento – é o que Strahtern (1995) chama de “efeito *holográfico*” do conceito de “Relação”.

2. Uma cartografia riscada a corpos

Vejamos como as trajetórias vão costurando sua trama nessa *rede territorial*, que tem como ponto convergente o alto do *morro*, rente ao Farol Novo do Mucuripe, onde uma ocupação em 2000 deu origem ao Morro da Vitória :

⁴ Tim Ingold (1994: xviii) ver a pesquisa social como prática de conhecimento duplamente engajada: engajamento das ideias abstratas ao conhecimento produzido no campo, numa relação de conhecimento comprometida com as pessoas como elas realmente são, com os sentidos que elas atribuem em suas vidas no dia a dia, como *fazem* as coisas; mas também compromisso com as pessoas no *terreno*, com as condições de *bem-estar* das “comunidades humanas” com as quais se envolve.

Liduina

“Aí lá da Varjota a gente veio morar no Morro do Teixeira, na época era um morro bem grande, aí eu fui criada naquelas dunas né?, muito bonita que era na época era um morro muito alto, e a gente ia lá carretear, a gente ia conversar quando tinha a lua, nós ia..., ia namorar! tudo a gente ia assim naquela parte do morro. E aí a gente morava numa vila, chamava Buraco da Jia, a gente morava numa vila alugada e aí o governo, na época era o Virgílio Távora, queria fazer conjunto residencial mas não tinha onde, então o morro... ele queria derrubar o morro pra fazer o conjunto Santa Terezinha, e aí as primeiras casas que... foi a segunda etapa do conjunto, foi nós que viemos de lá pra cá, meus pais que ganharam a casa. Mas a minha vida inteira, minha juventude foi aqui no Mucuripe, no Terra e Mar, como te disse no Morro do Teixeira, nas tertúlias do Castelo, aquelas coisas maravilhosas que tinha de primeiro.”

Vemos que Liduina passou por diferentes bairros e “comunidades” da região, uma área marcada pela presença de antigos núcleos populacionais ligados à pesca e, depois da construção do Porto do Mucuripe na década de 50, aos trabalhos no porto e na sua respectiva zona industrial, mas que passou a sofrer forte pressão imobiliária e turística a partir da construção da avenida Beira-Mar na década de 60⁵. Quando menina, Liduina morava na Varjota (hoje um bairro de “alto padrão”, muitos prédios, restaurantes e bares), numa parte do bairro remanescente dos tempos em que era contínuo à “aldeia de pescadores” do Mucuripe. Com a “explosão-implosão” (Lefebvre, 2004) desta, depois da abertura da avenida Beira-Mar e todo o processo de *gentrificação* que vem avançando há décadas, a família de Liduina seguiu o caminho de tantas outras famílias “mucuripenses” que ocuparam o *morro* – ou o campo de dunas com vegetação⁶. O Morro do Teixeira, onde Liduina morava quando o governo estadual construiu o conjunto Santa Terezinha, *oficializando* o morro, ou o campo de dunas, como vetor de expansão habitacional⁷, é uma das mais antigas *áreas de risco* de Fortaleza, haja vista ser encosta desmatada de

⁵ Há vasta bibliografia sobre essa região de Fortaleza, suas transformações sócio-espaciais e antropológicas ao longo do tempo; referencio-me aqui em: Girão (1998), Dantas (2009), Sá (2010), Nogueira (2006).

⁶ Sobre o campo de dunas que se estende do Mucuripe à Praia do Futuro, passando por Vicente Pizón e Papicu, suas características geomorfológicas e dinâmicas ambientais, bem como os impactos da urbanização sobre tais ecossistemas, ver Meirelles, Silva e Ravento (2001).

⁷ Como me alertou o professor Renato Pequeno, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC e coordenador do Laboratório de Estudos da Habitação - LEHAB, durante conversa ocorrida em 2016.

duna e com construções precárias. Depois, a família de Liduina foi para o conjunto habitacional Santa Terezinha. Mas não parou aí, assim como o processo de expansão sócio-espacial também não – sempre subindo e se espalhando. Liduina casou com dezesseis anos e foi morar no Castelo Encantado, também no morro; mas não deu certo, depois de três anos, separou e voltou para a casa dos pais no Santa Terezinha, com duas crianças. Depois que teve mais duas filhas, encontrou o Louro, com quem se juntou e adotaram mais uma filha. Ficou apertado no Santa Terezinha, alugaram uma casa no São Pedro, que é uma espécie de conjunto construído no morro em “mutirão” pelos moradores com apoio do Estado (antiga Cohab) no início dos anos 90. Então do São Pedro, Liduina e Louro subiram mais um pouco e chegaram ao topo do morro, em 2000.

Lucirene

Nasceu em Monsenhor Tabosa, sertão dos Inhamuns. De lá veio com a família para Fortaleza, com nove anos de idade, foram morar no Morro das Placas “na Praia do Futuro”, segundo ela, “Vicente Pizón” segundo o Estado. Daí foi para Belém do Pará com pai, mãe e irmãos. Em Belém passou uns dois anos e voltou com catorze, mais uma vez para o Morro das Placas.

“Aí né me casei lá nas Placa, aí das Placa eu passei mais ou menos uns dois anos depois de casada, aí voltei pra Monsenhor Tabosa de novo. Aí de Monsenhor Tabosa passei um tempo, voltei pra Fortaleza de novo, pras Placa de novo, passei outro tempo morando de casa de aluguel...”.

Mas as condições apertaram e o marido foi para São Paulo e Lucirene voltou para Monsenhor Tabosa, pois seus pais já não moravam em Fortaleza, mas em Croatá, distrito do Município de São Gonçalo do Amarante na região metropolitana. Foi, então, para Croatá morar com os pais.

“Aí foi na época que eu me separei novamente. Aí meu irmão estava morando lá nas Placa, morando de casa alugada, o Cláudio, aí quando houve a ocupação do Morro da Vitória.” E o Cláudio foi para a ocupação e chamou a Lucirene para ir também.

Já **Assis**, veio do Mucuripe, onde sempre viveu como pescador, e onde morava “de aluguel” quando começaram a ocupar o “morro”: “... aí eu vim fiz um barraquinho pra mim”. Subiu pela escadaria, fugindo do aluguel, fincou seu barraco no morro, depois

virou casa, à qual acrescentou a bodega, Assis já não pesca, um acidente com uma hélice do motor de uma embarcação quase lhe arranca o braço na raiz do ombro.

Padre Eduardo também tem sua trajetória ligada à produção sócio-espacial das comunidades nessa *região*. Primeiro porque quando chegou ao Brasil em 1970, vindo da Irlanda, foi “mandado” para o conjunto Palmeiras. Ora, o conjunto Palmeiras foi criado pelo Estado justamente para acomodar famílias removidas do Mucuripe quando da abertura da avenida Beira Mar e consequente emergência imobiliária, além de outras áreas em processo de *gentrificação*⁸ – são os famosos programas de “erradicação de favelas” que pautaram a política dos governos nas décadas de setenta e oitenta. No “Grande Mucuripe” havia muitas favelas mapeadas para “erradicação”, muitas das quais já citei neste texto. E o Palmeiras, era um dos destinos para tais “favelados”, mas ao invés de “conjunto habitacional” poderíamos chamá-lo de “campo de refugiados” de tão precárias as condições em que as pessoas foram ali *jogadas*⁹. Padre Eduardo nos confirma isso com seu relato:

“Desde o começo procurei ir pras periferias, áreas mais pobres e foi realmente um imersão na ... porque era o bairro mais pobre de Fortaleza, só casas de taipa”.

Do Palmeiras, padre Eduardo foi “mandado” para Terezina - PI, depois, de volta a Fortaleza, foi para o Serviluz. Em noventa e três foi para o Luxou, uma ocupação na Praia do Futuro onde houve muito conflito pela posse da terra, e lá vive até hoje. Baseado no Luxou, passou a acompanhar “comunidades” como Lagoa do Coração, Placas, Joana d’Arc e outras na região – e foi daí que chegou ao Morro da Vitória.

Só **Graça** chegou ao Mucuripe direto no alto do morro, pois veio de Icapuí, município limite do litoral leste do Ceará, direto para o Mirante no Santa Terezinha, bem próximo às quadras que viriam a ser ocupadas, sendo ela, das minhas interlocutoras, a primeira a ocupar o Morro.

⁸ Para exemplo de processos de *gentrificação* ou “requalificação” em Fortaleza, ver Gondim (2013).

⁹ Vemos em Mattos (2012): “O Conjunto Palmeiras foi fundado como loteamento pela Prefeitura de Fortaleza em 1973, atendendo ao projeto das administrações da época de procurar varrer para lugares distantes dos bairros nobres da cidade as populações que habitavam áreas com aspecto de ‘favela’. (...) Os primeiros moradores recebiam lotes de terra e os pagavam com prestações mensais à Prefeitura. Alguns receberam telhas e forquilhas e foram construindo suas habitações como podiam: de taipa, papelão, madeira e palha. Não havia água encanada, energia elétrica, transporte coletivo, enfim, condições mínimas de sobrevivência digna” (2012:59-60)

3. Morro da Vitória: o acontecimento

“O que é que está acontecendo aqui?”

Provavelmente, Liduina e Lucirene se fizeram esta pergunta quando chegaram ao terreno e se depararam com o forte policiamento e a “derrubada”, pois ambas chegaram à ocupação no mesmo dia em que o Estado chegou para derrubar – Liduina estava atrás de “pegar um canto” pra ela, Lucirene queria entrar com suas coisas no barraco onde estavam seus pais. Certamente Graça, que já morava lá há meses, e seus vizinhos fizeram pergunta semelhante quando viram os tratores e policiais chegarem próximo às suas casas. Mas antes delas, perguntaram provavelmente raivosos os responsáveis governamentais pelo *projeto* quando souberam que as quadras destinadas ao conjunto habitacional “Farol Novo” haviam sido *invadidas* por pessoas da região.

Goffman (2012:30) pressupõe que os indivíduos se fazem esta pergunta sempre que “se interessam por qualquer situação usual”: “Quer formulada explicitamente, como em momentos de confusão ou dúvida, ou tacitamente, em ocasiões de certeza habitual, a pergunta é feita e a resposta a ela é presumida na maneira como os indivíduos passam então a tocar os assuntos que têm diante de si”. Porque o que acontece não é previsível antes de ocorrer, e é a partir do “acontecimento”, ou da “série de acontecimentos” que compõem a “faixa”, que o ator vai agir dentro do “quadro da interação”.

Segundo Goffman(2012:165-170), qualquer acontecimento pode ser descrito num espectro amplo ou estreito, com o enfoque em primeiro plano ou distante. Em todo caso, a imprevisibilidade caracteriza o acontecimento, e só a fraude dos “vigaristas” ou as “maquinações” dos “maquinadores” podem antecipar o resultado do que vai acontecer, ou os ficcionistas e atores no “quadro teatral”. Em outro “quadro”, o do jogo de cartas: “... os materiais não são imitações da vida real, mas acontecimentos por direito próprio, ainda que, em certos aspectos, triviais” (2012: 179). Isto porque, “a não ser que haja trapaças, cada jogador não apenas pode, mas deve ignorar as cartas do oponente e o resultado final da partida”.

O ato de *ocupar* terra é uma aposta cuja sorte dependerá, em cada situação, das reações dos diversos atores e as relações entre eles. Em jogo, muita coisa: haverá reação violenta? Se sim, virá do Estado ou de privados? Das relações entre os ocupantes advirá a

possibilidade de se constituir como coletivo “equilibrado”, capaz de enfrentar o conflito, exercer algum poder sobre os desdobramentos e resultados da luta desencadeada pelo *ocupar*. Aposta na qual o preço pode ser pago no próprio corpo e nos corpos dos seus entes queridos. Lucirene foi para a ocupação com um filho de colo, menos de um mês de resguardo – estava separada do marido e morando na casa dos pais no interior, quando o irmão a chamou para a “ocupação do morro” que ele tinha “pegado um terreno” pra ela – os pais foram antes para ir “segurando um terreno”, ela botou tudo que tinha em cima de um carro que conseguira com um político local e quando ia saindo, recebeu o aviso de um vizinho:

“Lucirene tire essas coisa de cima do carro e vá se aquetar, fique na casa de sua mãe que tão derrubando tudo, tá um fogaral mais medonho do mundo!”

E ela viu na televisão: “Realmente tavam derrubando. Aí eu disse não, já tá em cima do carro e eu vou embora!”.

Ela apostou tudo, suas coisas, sua integridade física, dos seus pais e do seu bebê. Tinha trinta e dois anos e decidiu arriscar para conquistar uma “casa própria”. Agarrou-se na oportunidade, depois de hesitar, como me contou – hesitou muito e foi convencida pelo irmão. Arriscou e ganhou. Os tratores e a tropa de policiais não chegaram à quadra onde seu barraco estava erguido com seus pais e filho dentro. Deu sorte, como me disse. O avanço do despejo foi “embarreirado” e a casa dela nunca foi derrubada.

Podemos relacionar esta pesquisa à *metáfora social* do jogo¹⁰, da aposta, dos movimentos relacionados, imprevisíveis, tabuleiros, cartas, regras, onde atores interdependentes se opõem ou colaboram, dependem mutuamente dos movimentos que cada um faz baseado em suas estratégias de jogo. Mas se o acaso do *acontecimento* resultar num cenário de conflito, como no caso do Morro da Vitória, aí a *metáfora social* que irrompe é a metáfora da guerra: das tomadas de posições, estratégias e táticas, das armas à disposição ou da disposição das armas, das decisões, avanços e recuos, dos códigos, mensagens, protocolos, convenções, ameaças, alianças, negociações, pactos... do imprevisível e aleatório, também das tréguas, das mediações, da administração do cotidiano, das ações e reações, da coragem, da emoção coletiva... metáfora das vitórias e

¹⁰ Ver também Elias (2008) em sua “Introdução à Sociologia”, capítulo 3 “Modelos de Jogo” (2008:77 e ss.).

das derrotas. Inspiro-me aqui na noção de *acontecimento* em Foucault, que aparece várias vezes em diferentes textos do autor francês. O *acontecimento* tem como características fundamentais: imprevisibilidade, aleatoriedade, irrupção e singularidade. Tais características transformam-no um problema a ser controlado pelo poder numa sociedade ordenadora, classificadora, planejadora, amante da previsibilidade e da estabilidade como essenciais para o lucro e ao governo¹¹.

Anular, controlar, pelo menos limitar a aleatoriedade. É necessário antecipar-se ao acontecimento¹², o que só se realiza pelo maior controle possível dos corpos e das relações, e pela rarefação posterior dos acontecimentos como vemos em relação ao discurso (Foucault, 2014). Mas para atingir o programado é necessário que as pessoas ajam de forma adequada, tanto a nível individual como a nível de “povo” e “população”, as pessoas passam então a ser sujeito-objeto da gestão (Foucault, 2008a) – para isso lança-se mão do poder disciplinar, dos mecanismos de segurança e controle, reunidos depois a mecanismos de produção e gestão da própria vida agenciados como tecnologia de poder, o “biopoder”.

Na presente pesquisa o que observamos é a *inadequação* de comportamento dos ocupantes aos planos do governo. Uma série de ações e práticas postas em movimento, e relações que foram se estabelecendo, criaram acontecimentos indesejados, que desajustaram o curso programado de gestão sócio-espacial daquela região da cidade. Num contexto de fortes interesses econômicos e de crescente escassez de espaço, na mesma proporção em que o valor da terra cresce mais e mais.

Interessa então, jogar o olhar sobre os *corpos* que se misturaram para produzir a miríade de acontecimentos, em meio às relações no *terreno*, ou seja, as relações entre pessoas e coletivos, onde se deu a mistura de práticas, estratégias e noções, criando (e/ou reativando) discursos e formas de organização e representação, transformando o meio, produzindo *espaços*. Produzindo a *ocupação* como acontecimento. Pois toda *ocupação*, para além do *espaço físico*, é *ocupação de espaço político*. Assim como *invasão* (do ponto de vista do pessoal do governo), além da *usurpação espacial* violenta ou ardilosa,

¹¹ Sobre o caráter “controlador” e “planejador” do Estado moderno, bem como dos *técnicos* e *intelectuais*, “associado à ação de ordenamento, compreendida como a manipulação de probabilidades (tornando alguns eventos mais prováveis, outros menos prováveis)”, ver Bauman (2010: 18).

¹² “Essa concepção dos mecanismos de mercado não é simplesmente a análise do que acontece. É ao mesmo tempo uma análise do que acontece e uma programação do que deve acontecer” (2008a:53).

é também uma *usurpação política*. A *ocupação*, em qualquer contexto que aconteça, *empodera* os ocupantes em processos de disputas e negociações, às vezes tão assimétricas que sem a ocupação nem existiriam.

3.1 A nomeação do Morro da Vitória x Farol Novo – dois projetos em disputa

Fazia mais ou menos um ano que a luta decorria quando o pessoal da “Comissão” resolveu que tinha que criar um nome para a comunidade – como fosse necessário um enunciado que corporificasse aquele território ocupado por eles. Até então era só o “morro” ou então “Farol Novo”, nome do conjunto que seria ali construído caso não tivessem ocupado. Em jogo, o poder de “fazer acontecer o que se enuncia”¹³.

O nome “Morro da Vitória” como uma realidade discursiva corporificada num *território* correspondente (Bourdieu, 1996), e isto num cenário de justaposições de nomeações com vários polos enunciadoreis. Campo de batalha nomeador. No caso do Morro da Vitória uma nomeação legitimadora, estratégia discursiva deliberada – foi *batizada* assim em 2001, quase um ano de conflito já se desenrolava, quando foi realizada uma assembleia e o tema era a escolha do nome da comunidade. É Lucirene quem nos conta:

“...só falava morro, não tinha outro nome. Aí eu sei que quando foi um certo dia, o Eliseu falou pra gente: ‘vamo fazer uma reunião uma assembleia geral’; um dos dois, ou foi a Cundô ou foi a Liduina ou foi o Eliseu que disse: ‘vamo atrás de que o pessoal decida como vai ser o nome do... do morro’, do morro né?, daqui do conjunto, que ia ser conjunto né?, ia ser conjunto... eu sei que teve essa assembleia muito grande, tava em peso o povo tanto lá debaixo como de cima, de perto do Mirante, tinha muita gente muita gente mesmo, de duas mil a três mil pessoas, as que tava fora os que tava já morando, tinha muita gente... e a gente botou os nome, eu não tô lembrada, tinha três nome pra ser colocado nessa ocupação, e foi batizado, como foi ideia de uma senhora que morava lá no conjunto e a filha dela morava lá [*na ocupação do morro*], que deu essa ideia pra comissão, e foi dada a ideia de Morro da Vitória, porque tinha sido vitorioso né?, porque

¹³ Bourdieu (1996: 111): “O ato de magia social de tentar dar existência à coisa nomeada será bem sucedido quando aquele que o efetua for capaz de fazer reconhecer por sua palavra o poder que tal palavra garante por uma usurpação provisória ou definitiva, qual seja o poder de impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo social”.

tinha derrubado a liminar, e que ninguém tinha direito de fazer de tijolo mas ninguém tinha direito de sair, e isso foi uma vitória muito grande, então as pessoas acharam melhor batizar como Morro da Vitória.”

Mas a nomeação Morro da Vitória teve de disputar com outras nomeações. Como Lucirene disse, antes era só “morro”¹⁴, as “quadras” onde seria construído o conjunto “Farol Novo” – este era o devir planejado pelo Estado para aquele espaço, e este era o nome para o futuro espaço a ser criado. O conjunto nunca foi construído, mas o nome “Farol Novo” nunca deixou de rodear o “Morro da Vitória”, mormente nos primeiros anos, mas ainda hoje já que a rua principal, que passa em frente ao Barracão e ao farol, chama-se rua Farol Novo.

Em um documento do “*Estado do Ceará – Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente – Secretaria Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos*”, encontramos o seguinte título: “*Ata da Reunião da Comissão de Reassentamento do Farol Novo II*”, que diz respeito a uma reunião ocorrida em 07/06/2001. Nessa ata, vemos a Secretária Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Ana Lúcia Montenegro de Andrade, abrir os trabalhos e passar a palavra ao deputado João Alfredo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que na reunião se coloca como mediador, e é considerado por todos interlocutores nesta pesquisa como um aliado dos ocupantes. O referido parlamentar diz:

“Foi formada uma comissão para acompanhar todo esse trabalho que se chamou ‘Morro da Vitória’, que era o Vicente Pizón, ali na área do Farol Novo, que acompanhamos”.

Pela data da reunião percebemos que o nome “Morro da Vitória” havia sido criado há pouco tempo e que o deputado introduzia tal enunciado nomeador naquele espaço, acotovelando-o com outros, Vicente Pizón e Farol Novo, para melhor situar. Já o representante da Secretaria de Infraestrutura do Estado reafirma a antiga nomeação:

“...nós sabemos que o projeto daquela área do Farol Novo II já existe, aprovado pela Prefeitura, aprovado pela Caixa Econômica para efeito de financiamento”.

¹⁴ Também Graça e Liduina afirmam que antes de criarem o nome Morro da Vitória, referiam-se ao lugar onde moravam apenas como “morro”.

Chega a vez de Maria do Socorro: “Sou da Comissão do Morro da Vitória”. Vemos que ela não evoca nenhum outro enunciado nomeador para o território em discussão que não seja “Morro da Vitória”.

Para emplacar o nome Morro da Vitória, os seus agenciadores (Deleuze e Guatarri, 1995) se depararam com uma questão central para análise do “acontecimento discursivo” em Foucault (2008b:30): “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?”. Para que o acontecimento narrativo que irrompe a nomear Morro da Vitória corporifique, não se disperse no instante da sua irrupção, terá de disputar com outras nomeações, ou melhor, seus agenciadores terão de enfrentar a batalha discursiva para firmar o Morro da Vitória como uma realidade irremovível do espaço físico e político que ocupa. Nessas e noutras disputas tiveram de enfrentar um pesado corpo de práticas de interdição, separação e rejeição discursivas, que são mecanismos de exclusão agenciados como estratégias dos que exercem poder (Foucault, 2014); mecanismos e práticas que buscam controlar o acontecimento, limitando ou anulando ao máximo a produção e circulação de discursos, tornando raros os discursos possíveis e os sujeitos que podem lançar mão do discurso¹⁵. O ato de nomear, como vemos em Bourdieu (1996), depende da “autoridade” de quem nomeia, logo implica um complexo “jogo de poder” entre os institucionalmente “autorizados”, e os que buscam pela luta política – como o pessoal do Morro da Vitória – se instituir nessa condição. Para isso terão de mobilizar um conjunto de práticas e estratégias eficazes.

Logo, se conjuntos de práticas são postas em funcionamento como técnicas ligadas às estratégias de *poder*, também são conjuntos de práticas mais ou menos coordenadas que são agenciadas e põem em marcha *processos de resistência*. É o que depreendemos, por exemplo, do estudo de James C. Scott (2013) sobre o “discurso oculto” e o “discurso público”, como o primeiro é composto por um conjunto de “enunciados, gestos e práticas” (2013:31) que, nos espaços reservados de relação dos subordinados, vai formando o segundo até este irromper. Scott percebe como corpos de práticas formam *mecanismos de resistência* cotidiana aos quais ele chama: “a infrapolítica dos grupos subordinados.” (2013:50). Observar essas práticas que ele chama “atos políticos disfarçados” ajuda a compreender um determinado “domínio de potencial

¹⁵ “Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (2014:35)

dissensão”, encontrando, assim, “a base social e normativa de formas práticas de resistência (...), bem como os valores que poderão, mediante certas condições, sustentar formas de rebelião mais drásticas” (2013:50-51). Há quase uma *continuidade* entre as práticas de resistência e os acontecimentos pesquisados, na linha empreendida por James Scott, que busca “esboçar uma tecnologia e uma prática da resistência análoga à análise da tecnologia da dominação desenvolvida por Michel Foucault” (2013:51).

A nomeação Morro da Vitória é acontecimento discursivo criado no calor do embate, produto de práticas e estratégias agenciadas pelos ocupantes, na mistura de ideias de uma “assembleia” – prática política acionada com um objetivo estratégico: “tem que ter um nome”. “Pegar um terreno”, levantar um barraco, passar o tempo ocupando o espaço e vivendo o cotidiano na posse do terreno, organizar-se com vizinhos para necessidades materiais e políticas, são conjuntos de práticas mobilizadas de forma discreta até que haja uma reação – às vezes tal reação não vinha (o que é raro acontecer hoje). Mas no caso da multidão que ocupou as quadras destinadas ao “projeto Farol Novo”, a reação veio de forma extraordinária em aparato e desempenho, assim como foram extraordinárias a resistência, o conflito e a vitória (nunca mais houve uma ocupação nessas proporções que tenha sido vitoriosa naquela *região*, mas várias menores ocorreram e continuam ocorrendo, quase sempre despejadas).

4. As condições de constituição do grupo

A mobilização de práticas e estratégias em meio à sequência de acontecimentos, desde o início do conflito com o Estado – o dia da “derrubada” como marco –, resultou na constituição do “grupo” que formou a “Comissão”, mobilizou a construção do “Barracão” e viria a fundar a Associação Comunitária do Morro da Vitória.

Tal constituição se dá em condições peculiares. Uma delas, a situação de rotura com o *modus operandi* de produção sócio-espacial, no qual o Estado produzia as habitações e legitimava “lideranças comunitárias” como seus prepostos junto à população, incidindo na escolha de quem vai tomar posse desse novo espaço produzido. Os ocupantes romperam o plano estatal, desorganizaram a configuração política estabelecida então, afundando o projeto “Farol Novo”. Na já citada “*Ata da Reunião da*

*Comissão de Reassentamento do Farol Novo II*¹⁶, vemos uma “liderança”, conforme se apresentou Ieda Ferreira da Silva, fazer uso da palavra:

“Sou representante da Praia do Futuro – Aristides Barcelos, já construí cento e vinte casas ali no Conjunto São Pedro”, e se queixa por ser representante de antigos cadastrados antes da “invasão” que, por causa desta, ficaram “de fora”.

Em relação à *desconfiguração* política provocada pela agência dos ocupantes, é interessante ouvir o depoimento de padre Eduardo, pois este acompanhava em reuniões as famílias, *atingidas* ou *beneficiárias*, do “projeto Farol Novo” e ajudava a mediar a relação com o governo, já que o nível de desinformação era tão alto que esta era a principal demanda então. Por isso, chegou a ficar contra a “invasão” no primeiro momento, pois achava que era “pobre roubando pobre”, já que ele via as famílias como *beneficiárias*, pois na sua visão elas desejavam a casa nova no conjunto habitacional, além de achar que a abertura das ruas ia melhorar o bairro e tal. Porém, padre Eduardo não se furtou a se aproximar do movimento dos *ocupantes*, e ficou do lado destes definitivamente após o despejo violento. Aqui o importante para nós é que o padre Eduardo captou a ambiguidade da situação como nenhum outro dos meus interlocutores. Com seu sotaque carregado, ele nos conta:

“E... de certa forma a gente ver os dois lados, porque você vê o pessoal... claro vê muita gente genuinamente com direito a uma casa, e as ruas abrindo todas aí ia melhorar o bairro e etcetera; e do outro lado pessoas que não eram contempladas e ficavam na mão, e embora no começo eu tava contra eles, mas de certa forma é um instrumento de pressão, acho que as invasões se justificam mais nessa base de criar pressão para as autoridades tomarem alguma solução.”

E aqui chegamos à outra condição peculiar da constituição do “grupo” do Morro da Vitória a: a luta com o governo do estado pela posse da terra.

4.1. “Esse grupo se organizou na hora!”

Assim Liduina expressa a temporalidade de urgência reativa que motivou as pessoas a se procurarem no intuito de se organizar. Ela mesma destaca que não conhecia

¹⁶ “Estado do Ceará – Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente – Secretaria Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos” – 07/06/2001.

ninguém, quando viu um pessoal se juntando – desinibida, foi logo se chegando. Assim, na memória dos outros interlocutores, Liduina sempre está desde o começo no “grupo”, mas na dela sempre há uma fração de começo anterior. Ela sequer tinha “marcado um terreno” quando se deparou com a “derrubada”, mas se misturou à dor e à revolta – tanta gente a gritar, a chorar, praguejar, enfrentar... ela também. Mas, talvez, menos desesperada do que quem teve a casa derrubada. Sem conhecer ninguém para se conectar à dor de forma mais pessoal e ajudar mais individualmente, talvez ainda por perceber na confusão e na disposição de resistência uma possibilidade para realizar seu desejo de conseguir um pedaço de terreno para si, Liduina canalizou sua atenção para um grupo de pessoas que estavam se juntando pra tentar organizar algo – umas entrevistas, segundo Lucirene. Também nessa parte do acontecimento, a memória de Lucirene é mais detalhada que a de Liduina. Esta lembra de ter identificado as pessoas, se chegou e pronto, aí já era o “grupo”. Já Lucirene lembra que quando a noite chegou, após a derrubada, deixou seu bebê com a sua mãe e seu pai, já que o seu barraco e os demais da sua quadra não haviam sido derrubados, e então foi “lá pra cima” e encontrou um pessoal se organizando:

“Só que eu não tinha intimidade com eles, só sei que eles tavam se organizando pra dar uma entrevista.”

No outro dia ela volta:

“Aí quando foi negócio de cinco horas da manhã, eu me acordo vou lá pra cima, todo mundo tava acordado e um monte de gente no pé daquele muro, no muro do farol, deitados as crianças os idosos, um bocado de gente deitado lá, aí foi bem na hora que a reportagem chegou, aí foi no ente que eu entrei no meio do pessoal, a mulher me pegou assim no ar, que eu vinha chegando né?, ela fez a entrevista, eu falei um bocado de coisa lá, aí saí.”

A partir daí, aproxima-se do “grupo”, participa de atos de resistência, já no outro dia alguém a chama, que estavam se juntando, que um morador se amarrou a um boião de gás e ameaçava explodir se o trator ou os policiais aproximassem, tinham que se juntar todo mundo pra fazer uma “corrente humana” pra não deixar trator e polícia avançar. Essas “correntes humanas” em torno de casas, todo mundo de mãos dadas,

postando-se firme no *empate* ao avanço do trator, foi uma prática que também marcou a memória de Liduina. Assim como as entrevistas para a imprensa.

Uma entrevista também marcou a trajetória de Graça rumo ao “grupo”. Ela, diferente das duas anteriores, não se juntou ao grupo nos dias de conflito da derrubada porque foi pra casa de uma irmã ali perto, no Mirante. Porém, participou da confusão no primeiro dia de despejo e também deu uma entrevista:

“E chegaram e começaram a derrubar e derrubar, aí eu fiquei tão revoltada que a menina, eu num lembro nem quem foi a repórter, num sei nem qual foi o canal, que veio falar comigo, que eu fiquei reclamando e perguntando como era que ele [*o governador*] conseguia botar a cabeça no travesseiro de noite e dormir tranquilo vendo aquilo que ele tinha feito com tantas pessoas que precisavam de um canto pra morar. Eu sei que essa entrevista que eu fiz passou bem umas duas semana saindo.”

Graça atribui a esse episódio o fato de Liduina tê-la chamado para fazer parte do grupo meses depois, quando ela voltou à ocupação. Foi Liduina quem chamou Graça, foi também ela quem chamou o Assis. Liduina começava a tomar a frente como “líder” daquele grupo que se formava no “quente” da luta.

4.2. *A influência do conflito na constituição do Morro da Vitória*

“Até que chegou o despejo – o dia do despejo pra mim é um dia na história, porque eu nunca vi um aparato tão grande de polícia e cães e cavalaria e tratores e investiram e começaram a derrubar as casas, e queimar o material, não fizeram questão das pessoas levar suas coisas não, começaram a derrubar e queimar tudo, fumaça subindo”. Padre Eduardo relembra também que ali começaram a se organizar:

“Tavam orientando o povo a ficar ali, acampar de qualquer jeito e ficar nas ruas, mas não ir embora, e nós organizamos uma missa grande e o povo veio e teve aqueles discursos grandes inflamados e daí em diante começou a organizar, eu não lembro dos detalhes, também eu não estava totalmente envolvido nessas alturas, tava chegando e querendo dar apoio bastante firme claro, e foi daí que começou a organização e ajudei eles a fazer um barracão com o resto de material e foi o primeiro símbolo de resistência, nessa época Liduina já tava tomando a frente, e não sei quem mais tava ajudando, tinha muita gente de fora vindo porque com os alarmes na imprensa foi aparecendo muita

gente pra ajudar e organizar, e foi daí em diante começou a firmar pé, o povo voltando e começando a fazer seus casebres, e teve negociação também...”

Assim, a agência violenta do governo estadual desencadeou comoção social, revertida em apoio político, sem alcançar seus objetivos pragmáticos: derrubar todas as casas e dispersar os ocupantes. Vale registrar, que após esse episódio, durante o período que trabalhei com *assessoria jurídica popular*, na primeira década dos anos 2000, sempre que ligávamos para órgãos de imprensa relatando episódios de *conflito fundiário*, a resposta era que o veículo não noticiava “invasões”.

Liduina, quando questionada por que acha que receberam tantos apoios, sugere que a repercussão na “mídia” ajudou, diz que saiu em mídia do mundo todo, em jornal alemão, que a emissora *Verdes Mares* instalou uma antena lá no Morro, enfim, o conflito foi um acontecimento cujas ondas atingiram grande abrangência e isso os fortaleceu. Opinião compartilhada por padre Eduardo, pois acha que a repercussão gerou embaraço e impasse para o governo. A violência da qual as ocupantes foram vítimas comoveu muitas pessoas que vieram a elas para apoiá-las:

“Porque eles viram que essa ocupação era grande e que tinha muita polícia maltratando o povo, então eles entenderam que tinha que ajudar esse povo, e deu certo, mas não foi fácil, não foi fácil!” (Liduina).

É importante destacar que a revolta e a comoção provocadas pelo despejo não são suficientes para produzir tal organização, articular alianças e, menos ainda, assegurar a vitória. Não há uma regra de causalidade que assegure que a agência violenta do Estado num despejo provocará os efeitos que provocaram em relação à ocupação que gerou o Morro da Vitória. Como pude observar no caso da *ocupação* (grande) do Alto da Paz, cujo despejo ocorreu no começo de 2014 (depois de mais de um ano de ocupação), em terreno vizinho ao Morro da Vitória, onde a dispersão os impediu de canalizar a energia da revolta e comoção social para um processo de resistência como no Morro da Vitória. Sem dúvida, a falta de unidade, com duas associações rivais representando a *comunidade*, defendendo propostas opostas nas negociações com a Prefeitura¹⁷,

¹⁷ A Prefeitura de Fortaleza pretende construir um conjunto habitacional no terreno como parte de um projeto de “requalificação” chamado “Aldeia da Praia” que visa remover em torno de 1300 famílias da praia do Titanzinho, a uns 2km do Morro.

influenciou essa dispersão pós-derrubada. Enquanto no Morro as pessoas começaram a se procurar na “derrubada” a fim de organizar uma resistência em andamento, no Alto da Paz o representante de uma das associações foi agredido por alguns moradores, enquanto outros tentavam resistir ao avanço da tropa de choque, ferroados por balas de borracha, sufocados por gases químicos – e há que se considerar o incremento técnico e logístico da força policial repressiva de 2001 para 2014. No Morro da Vitória, a revolta das vítimas convergiu para ações coletivas continuadas e uma representação política unitária (forte o suficiente para suportar divergências, perder e ganhar pessoas ao longo do tempo, renovar sua forma e ações), e a comoção social pôde ser articulada por um coletivo legítimo a representar a comunidade perante o Estado e a sociedade.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Podemos, então, chegar a algumas conclusões, ainda que precárias, além desta exposta no final do último tópico, qual seja: uma situação de conflito, com ações repressivas do Estado que repercutam em amplos espaços sociais – como é o caso do despejo de uma grande *ocupação*, envolvendo centenas, às vezes milhares de famílias – influencia a configuração política da *comunidade*, que pode criar um elevado nível de “força”, decisiva para o “resultado” do conflito, mas a depender das agências dos envolvidos, os contextos e outros aspectos singulares que precisam ser observados em cada caso.

No caso do Morro da Vitória podemos perceber que tais agências contextualizadas produziram efeitos, que poderíamos expressar como a *constituição multidimensional* do Morro da Vitória: espacial, política, discursiva, relacional. Em cada uma dessas esferas podem ser observadas, como ricos problemas de pesquisas, as criações e transformações que tais processos constitutivos promoveram.

Do ponto de vista sócio-espacial, vemos a *ocupação* como conjunto de práticas constitutivas de uma morfologia habitacional típica, que produz um tipo de “comunidade” diferente, por exemplo, das “comunidades” originadas de programas estatais como “mutirões” e conjuntos habitacionais, comuns na *região* estudada. Mas, neste artigo não entramos nesse debate das transformações espaciais e das práticas de

produção habitacional relacionadas ao Morro da Vitória, bem como a influência nesta configuração sócio-espacial de estratégias atreladas ao conflito— como, por exemplo, repartir vários “lotes” para que coubessem mais famílias na ocupação, como uma forma de dificultar tentativas de “remoção” por parte do Estado, o que gerou, segundo meus interlocutores, uma certa “desorganização”, com muitos barracos em pouco espaço, proliferando becos, dificultando a posterior luta por “urbanização” .

Focamos mais a *produção* dos acontecimentos e a constituição política da comunidade. Vimos que o próprio nome “Morro da Vitória” é um acontecimento discursivo, fruto de uma mistura de práticas e estratégias num contexto de conflito e *organização* (*assembleias, reuniões, comissão, associação etc.*). O nome “Morro da Vitória” teve que enfrentar um campo de batalha discursivo para se sobressair em relação ao nome que Estado havia enunciado: “Farol Novo”. Essa e outras disputas no decorrer do conflito só puderam ser *vencidas* na medida em que o coletivo ocupou, além da terra (espaço físico), espaço político. Ocupação e criação de “arenas públicas” que permitiu aos agentes travar os embates políticos em torno da constituição da comunidade. A nomeação Morro da Vitória foi um desses embates, onde os ocupantes partiam em condições de desigualdade em relação aos agentes do Estado (“Farol Novo”), em termos de autoridade política e capital simbólico. Mas conforme constituíam o Morro da Vitória como realidade no *terreno*, agenciavam tal nomeação como acontecimento discursivo.

Também em relação à *instituição* política da “liderança comunitária”, os ocupantes avançaram sobre a *autoridade instituidora* dos agentes estatais, pois, como vimos, estes tinham forte influência na instituição dos “líderes comunitários” na região quando o governo controlava o processo de produção habitacional e a distribuição entre as pessoas. No caso do Morro da Vitória, as “lideranças tradicionais” ficaram contra a *ocupação*, pois esta deixava “de fora” a sua *clientela*, ao tempo que *ocupar* o terreno era o critério de distribuição. Esta, por sua vez, coordenada por um “grupo” de representantes formado no conflito com o Estado, logo, com características agentivas e perfis diferentes das “lideranças tradicionais”, mas cuja *instituição* como representantes também passou pela relação com agentes ligados ao Estado, ainda que *opositores* do governo, além de agentes ligados a outras instituições, como a igreja católica.

Uma das fontes para essa capacidade coletiva dos ocupantes em movimentos de constituição espacial e política, está nesses “apoios externos”. Estes ajudaram os ocupantes a ocupar também espaços na “esfera pública”, com ao dar entrevistas que repercutiram nas mídias (televisiva, radiofônica e impressa), afetando pessoas, amealhando apoios de diferentes atores sociais e políticos; ou, outro exemplo, ao participarem de “audiências públicas” como a citada neste artigo, ou ao demandarem no Judiciário e conseguirem liminares de suspensão dos despejos. Constata-se, então, que o efeito do acontecimento e suas repercussões, atuando no contexto político da época, mais a capacidade de organização e articulação de atores do conflito, fizeram da confluência de apoios um fator fundamental para consolidar alianças. Estas também fortaleceram o coletivo ocupante em movimentos de *criação* de “arenas públicas”¹⁸ nos seus espaços de socialidade, como vimos no texto: “comissão”, assembleias, “barracão”, associação.

Assim, percebemos por vários focos, a condição ambivalente do Estado e seus agentes. Seja ambivalência da própria ação do governo estadual determinada a pôr fim à ocupação, mas que gerou efeitos contraditórios, como a emergência reativa de um “grupo” organizador e representante dos ocupantes. Sem conseguir controlar o acontecimento, o governo contribuiu para repercuti-lo e a afetar pessoas que, sensibilizadas com a violência, como padre Eduardo, tornaram-se potenciais aliados dos ocupantes conforme o conflito ganhava corpo na resistência à ação do governo. Outro elemento é que entre os atores afetados, potenciais aliados dos ocupantes, estavam outros agentes do Estado que não diretamente ligados ao governo ou, pelo menos, não-aliados deste – parlamentares, defensores, agentes do Judiciário (ora decidindo pelo despejo, ora pela suspensão do mesmo). Mas também a própria ambivalência dos agentes do governo diante da situação, uma vez obrigados a negociar com os representantes da ocupação, passando a ter que reunir com eles, mediar suas demandas e, conseqüentemente, *fortalecê-los* perante o coletivo de moradores, ao mesmo tempo em que resistiam a reconhecê-los (como vimos no episódio da disputa de nomeação) ou mesmo agindo de

¹⁸ Arendt (2013): o lugar da ação política, onde o homem se realiza como ser social por meio do discurso e da ação, adquire reconhecimento pelos seus feitos e qualidades; é também lugar de interação, de interdependências, de disputas e alianças. Frasier (1990:61): necessário examinar também arenas públicas “não-liberais e não-burguesas”, e que disputam com estas, criando “várias maneiras de acessar a vida política e uma multiplicidade de arenas públicas”.

forma punitiva, recusando, por exemplo, a instalação de água encanada e reprimindo as ligações clandestinas de energia.

Podemos dizer que os efeitos inesperados da ação do governo frente à ocupação, ao tentar anular o “desvio” acabou fortalecendo-o e legitimando-o – as práticas acionadas como mecanismos de controle, depararam-se com práticas de resistência, produzindo desdobramentos inesperados e, às vezes oposto ao desejado: ao invés da dispersão, o fortalecimento do coletivo ocupante e a constituição da comunidade.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BARREIRA, Irllys e Palmeira, Moacir (orgs.). **Candidatos e candidaturas**: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Nuap/UFC/Annablume, 1998b.

_____. **Representações sobre política entre lideranças populares**: limites e potencialidades de uma ferramenta conceitual. Brasília: Sociedade e Estado 24(3): 767-796, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e interpretes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras escolhidas**: magia e técnica, obra e política. Ed Brasiliense, 1987.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: memória de velhos. 4ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**, 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1998

- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- DELEUZE, Giles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs 2**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão/ Rio de Janeiro: Ed 34, 1995.
- ELIAS, Nobert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: edições 70, 2008
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Campinas, SP: [s.n.], 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- FOUCAULT, A **ordem do discurso**. 24. São Paulo: Edições Loyola, 2014
- _____, **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a
- _____, **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008b.
- FRASER, Nancy. **Rethinking the public sphere**: a contribution to te critique of actually existing. In: *Social Text*. Nº 25/26: 56-80, 1990
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe**: de Pizón ao padre Nilson. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 1998.
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- _____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. SP: LTC, 1988.
- GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006
- GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Aquário e os peixes**: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais. In: XXIX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), 2013, Santiago, Chile. *Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología* 2013. Santiago, Chile: ALAS, 1-10, 2013
- INGOLD, Tim. **Companio Encyclopedia of Antropology**. London: Routledge,1994.
- KOFFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001.

- KOFFES, Suely; MANICA, Daniela (orgs.). **Vidas e grafias**: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina e Faperj, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- MATTOS, Geísa. **A favor da comunidade**: modos de viver a política no bairro. Campinas-SP: Pontes Editores, 2012.
- NOGUEIRA, André Aguiar. **Fogo, vento, terra e mar: migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza**. São Paulo: Dissertação Mestrado – História Social da PUC, 2006.
- PROUST, Marcel. **No caminho de Swan**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundão e consideração**: Uma etnografia das relações sociais dos jovens do Serviluz. Fortaleza: Tese Doutorado – Sociologia da UFC, 2010.
- SÁ, Leonardo. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. In: **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador, São Cristóvão: 2009.
- SCOTT, James C. **A dominação e arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Viva, 2013.
- SIMMEL, Georg. *La lucha*. In: **Sociología 1: Estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Ed. Alianza Editorial, 1986.
- STRATHERN, Marilyn. **The relation**: issues in complexity and scale. Cambridge – UK: Prickly Pear Press, 1995.
- STRATHERN, Marilyn. **No limite de uma certa linguagem**. *Mana* 5(2): 157-175, 1999.